

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 803 – de 23 de março a 6 de abril de 2017



6º CONGRESSO DO PT: É HORA DE CONQUISTAR VOTOS DOS FILIADOS

PT SP

Grave: deputados votam
no PSDB na ALESP
pág. 4

Luta de Classe

A greve
da CNTE
pág. 8

Nacional

Nada de emendar,
é retirar a contrarreforma
da Previdência
pág. 9

Argentina

Trabalhadores impõem
convocação da greve geral
pág. 11

Coneg convoca o 55º Congresso da UNE

Sobre a contrarreforma da Previdência, UJS manobra e deixa porta aberta à negociação da PEC

O 65º Conselho das Entidades Gerais da UNE (Coneg) ocorreu de 17 a 19 de março, em São Paulo. Foi discutida a situação política do país e da educação e a convocação do 55º Congresso da UNE, de 14 a 18 de junho.

A discussão se deu sob o impacto do 15 de março, marcado por paralisações a manifestações de trabalhadores em todo país, contra a contrarreforma da Previdência.

Os delegados, militantes da Juventude Revolução, defenderam que os estudantes não poderiam se esquivar da unidade com os trabalhadores, e juntos lutar pela retirada da PEC 287, como propõe a CUT, e não entrar no jogo de emendá-la.

Já, a bancada da Ação Popular

(PSDB) no CONEG, saiu na defesa da política dos golpistas, afirmando que a crise do país era produto do “gasto excessivo com a Previdência”!

A União da Juventude Socialista (UJS, ligada ao PCdoB), força majoritária na direção da entidade, a princípio, tinha acordo em incorporar no texto de conjuntura, sobre a contrarreforma da Previdência: “Repudiamos seu conteúdo como um todo. Seguiremos nos somando às manifestações pela retirada desse projeto em tramitação no Congresso”.

Sumiu!

Na plenária final, durante a leitura do texto, percebeu-se que o trecho tinha sido suprimido, sem consulta, com base no argumento

de que era redundante.

Na verdade, redundante é a prática deles de manipular, como bem entendem, as decisões da entidade, atropelando os acordos e as votações como fizeram no último Encontro Nacional de Grêmios, quando também suprimiram a convocatória para o dia 15 de março.

Isso ocorreu não por acaso, afinal, o que eles julgam redundante, na verdade é contraditório a posição do PC do B no parlamento e na CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil) como pensa o presidente da central, Adilson Araújo, “a greve é a única saída para forçar uma negociação das PECs”.

Logo, para eles, uma greve geral, ao invés de servir para derrubar a contrarreforma é para usar como elemen-

to de pressão para negociar no ninho dos golpistas uma PEC que atacará frontalmente a nossa aposentadoria.

O evento encerrou convocando para o dia 7 de abril um dia Nacional de Luta contra a contrarreforma Previdência e em defesa da educação.

Agora, é necessário que a direção da UNE ajude a preparar nas universidades a mobilização, orientando a realizar assembleias, produzindo cartazes e panfletos.

A Juventude Revolução vai ajudar a construir uma grande mobilização, defendendo a retirada da PEC 287 e, no mesmo processo construir as chapas de delegados ao congresso da UNE.

Sarah Lindalva

O DCE de volta para os estudantes

Eleições na Universidade de Brasília pode tirar grupo de direita da direção da entidade



Hélio Barreto

O DCE da Universidade de Brasília (UnB) está em processo eleitoral. A eleição, que ocorre em 5 e 6 de abril, seria no final de 2016, mas foi adiada em função das ocupações de vários institutos contra a Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC do teto). Em uma situação de ataques à universidade pública e aos direitos, foi uma luta que avançou em grande unidade para enfrentar os setores de direita dentro do movimento. O Trabalho conversou com Hélio Barreto, estudante do Instituto de Artes que participa da chapa Todas as Vozes.

O Trabalho - Quais chapas estão em disputa nas eleições do DCE?

Hélio Barreto - É importante destacar que a UnB vem de quatro anos com o DCE na mão de um grupo de direita que esvazia o movimento estudantil, não realiza assembleias e mobilizações e tem como lema o “apartidarismo”. Nesse processo eleitoral eles tentam mais uma gestão. Do outro lado, temos uma chapa de unidade, “Todas as Vozes”, que reúne um amplo leque de forças e sensibi-

lidades políticas dispostas a mudar a rotina do movimento estudantil, para trazê-lo de volta às mobilizações, nesse momento de acirramento da luta dos estudantes contra a retirada de direitos.

OT - Que reivindicações estudantis e temas da conjuntura julga importante destacar na campanha?

HB - Nosso programa diz: reafirmar em alto e bom som “Fora Temer, Nenhum Direito a Menos”. Acredito que a pauta para ser agitada neste momento é a retirada da PEC 287 (Previdência). Não perdemos de vista a reforma do ensino médio nem o congelamento de gastos, questões decisivas para o orçamento da universidade que foi aprovado com um brutal corte para 2017. Também precisamos batalhar pela estruturação dos campi frutos do Reuni, por ampliação e aumento de bolsas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAEs), por segurança e atendimento básico de saúde nos campi, por apoio às atividades culturais, entre outros temas. Mas não adianta exigir melhorias da reitoria fechando os olhos para o que acontece na esfera nacional.

OT - Que mudanças sua chapa pretende fazer na gestão do DCE-UnB?

HB - Além de levantar as bandeiras de todos os estudantes, independentemente de seu campus, sua área de conhecimento, sua situação econômica, seu gênero ou raça, consideramos que é necessária outra rotina de movimento estudantil para que os próprios estudantes se engajem em

torno de suas demandas e possam decidir democraticamente. É importante fortalecer o Conselho de Entidades de Base, realizar assembleias para debater os rumos da UnB, no quadro da situação do país, para organizar e mobilizar, razão de ser do DCE.

OT - Como o DCE-UnB deve se relacionar com o movimento popular e sindical?

HB - Hoje não tem quem se salve dos ataques do governo golpista. Para barrar a perda de direitos e defender a universidade pública e gratuita, precisamos fortalecer os laços com as organizações que estão mobilizando os trabalhadores e o povo, como fizeram a CUT, MST, Contag, CNTE na grande paralisação de 15 de março, abrindo via para a greve geral. Devemos estar ao lado dos trabalhadores para sairmos vitoriosos. Contamos com o apoio do movimento popular

e sindical para nossos desafios e para essa eleição.

OT - Que relação vê entre essa eleição e o 55º congresso da UNE em junho?

HB - Existe uma relação direta entre o que fazer no DCE e na UNE. Se o DCE vem de quatro anos de engasamento, parte disso é uma política de perseguição à UNE e seus setores dentro da UnB. Eleger a chapa “Todas as Vozes” é avançar na retomada da UNE como referência nacional para os estudantes daqui. Mas isso também depende do comportamento da UNE. Consideramos que é hora de girar para as jornadas nacionais de greves, paralisações e mobilizações por nenhum direito a menos e pelo Fora Temer. É isso que a UNE tem que fazer, desde a preparação de seu 55º congresso, para ter o apoio da maioria dos estudantes brasileiros. Para isso, ela conta com nosso apoio e com a nossa disposição.



Também em Brasília, jovens organizados na Juventude Revolução se somaram ao ato do dia 15/03, contra a Reforma da Previdência. O mesmo aconteceu em outras cidade do país, como em São Paulo e Florianópolis.

O Brasil depois do 15 de março

A principal lição do que se viu no país de Norte a sul, de leste a oeste, nas capitais e interior, onde greves, paralisações e manifestações marcaram o dia 15, é que a classe trabalhadora está de pé. E, apoiada nas suas organizações, é a força capaz de liderar a luta para derrotar os golpistas e sua política de regressão social, econômica e política.

A contrarreforma da previdência (PEC 287) acendeu o pavio. A classe trabalhadora não vai abaixar a cabeça e entregar de mão beijada suas conquistas.

A começar por seus sindicatos, integrando o partido que construiu para representar seus interesses, o PT, mais do que nunca as organizações estão chamadas à responsabilidade de avançar, após a porta aberta por um milhão de trabalhadores do campo e da cidade, de várias categorias, no dia 15.

Com uma força ainda não vista desde o início do golpe, na luta para derrotar a contrarreforma da previdência, com o Fora Temer ecoando em todas as manifestações, o dia 15 começa uma virada na situação, é possível derrotar os golpistas!

Agora é não deixar a peteca cair. As condições se reúnem para convocar a greve geral.

Do lado de lá, a burguesia e o governo golpistas sentiram o baque. Enredados numa crise institucional que só se aprofunda, desnudando o caráter podre das instituições, essa força que se colocou em marcha no dia

15 pode amadurecer a luta para que uma Assembleia Constituinte ponha abaixo as atuais instituições e libere as reformas populares na via da soberania nacional, portanto da satisfação das necessidades da maioria oprimida do país.

Os golpistas não darão trégua, pois sabem

COMEÇA UMA VIRADA, TRABALHADORES ENTRAM EM CENA: É POSSÍVEL DERROTAR O GOLPE

que o chão lhes faltará se não entregarem ao capital financeiro a encomenda feita. Seguirão em frente nos ataques e buscarão os meios de realizá-lo.

Três dias depois do 15 de março, Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, liga ao usurpador Temer para parabenizá-lo pelas contrarreformas. Recado dado.

Porta-vozes dos golpistas, os jornais da imprensa burguesa quiseram apagar o dia 15, mas alertam para o rastro que ele deixou.

O jornal Valor Econômico, falando para seu público empresarial deu o recado: "Manifestações da semana passada foram expressivas, mas devem ser encaradas com naturalidade: em qualquer parte do mundo o tema reforma da Previdência provoca protestos. A oposição deve ser ouvida e considerada, a

proposta deve sofrer mudanças, desde que não inviabilizem seu objetivo, mas a reforma precisa ser aprovada, sob pena de decretar o fim precoce do já curto mandato de Temer". (Editorial, 20/03)

Temer e sua política não sobreviverão se as organizações dos trabalhadores, a CUT em primeiro lugar, tirarem do dia 15 a lição que deve ser tirada.

Também a direção do PT e sua bancada de deputados federais.

Em relação ao embate contra a PEC 287, o que deve ser levado em conta não é a correlação de forças no Congresso Nacional golpista, esmagadoramente desfavorável ao povo trabalhador e aos interesses nacionais, e entrar na via de buscar o "mal menor", com emendas à contrarreforma.

A responsabilidade do PT é ajudar a construir, fora das paredes da Câmara Federal, com o passo dado em 15 de março, a correlação de forças capaz de travar os golpistas, impondo a retirada da PEC, e derrotar o golpe.

Na preparação do 6º Congresso do PT, com vistas ao PED de 9 de abril, as chapas "Unidade pela Reconstrução do PT", estarão em campanha para conquistar os votos dos filiados e chamá-los à luta por "Fora Temer, nenhum direito a menos", ponto que encabeça os cinco pontos das chapas, para engajar o PT no apoio à preparação da greve geral.

CARNE FRACA, INSTITUIÇÕES PODRES

1. A espetacular operação da Polícia Federal, a partir da constatação de irregularidades em alguns frigoríficos do Paraná, merece uma reflexão para não se cair no "oba oba" do pretense combate à corrupção, com a operação Lava Jato à frente.

Desde que começou, há 3 anos, a Lava Jato já provocou a demissão de 300 mil trabalhadores na construção civil e 440 mil no setor de óleo e gás (Valor Econômico, 21/03).

As relações do Departamento de Estado dos EUA com Moro são públicas e notórias. Lembremos o rastreamento feito pelo mesmo Departamento de viagens de Lula e contratos das construtoras brasileiras em outros países. Quebra-se a construção civil no Brasil e ganha-se mercado para as empresas internacionais, em particular dos EUA.

2. A operação Carne Fraca é o assunto da hora, desde que foi espetacularmente divulgada pela PF. Só quem acredita em papai Noel, pode acreditar que a PF esteja preocupada com a saúde do povo. O espetáculo serviu para que vários países suspendessem, ou restringissem a compra de carne do Brasil ameaçando milhares de empregos. Não se trata, é claro, de defender as irregularidades. Mas de entender que o pretense combate à corrupção levado pelas podres instituições brasileiras, essas sim necessitando de uma profunda higienização sanitária, estão a serviço da concorrência, e não do bem-estar do povo.

3. Em 2016, o governo golpista fechou um acordo que abriu o acesso de carne bovina e seus derivados dos Estados Unidos ao mercado brasileiro pela primeira vez, desde 2003. Na ocasião, Tom Vilsack, secretário de Agricultura dos EUA, declarou estar feliz pois "O mercado brasileiro oferece excelente potencial a longo-prazo para os exportadores de carne do EUA. Os Estados Unidos anseiam fornecer aos mais de 200 milhões de consumidores brasileiros e sua crescente classe média carne bovina e derivados dos EUA de alta qualidade".

Simples assim!

Memória

NÃO À PARTICIPAÇÃO DO PT NOS GOVERNOS DO PMDB

"A posição do PT de São Paulo, Assim como a nível nacional, é a de não participar dos governos do PMDB". (...) As palavras acima foram proferidas pelo presidente do PT, Lula, por ocasião de um debate sobre os "Rumos do PT". (...) Lula reafirma a posição que o PT vem adotando desde as últimas eleições, no sentido de que o partido mantenha sua completa independência perante os governos do PMDB e dos demais partidos. Posição que foi golpeada quando, na reunião do diretório estadual paulista realizada em 6 de março, 26 membros dos 60 que compõem o organismo decidiram pela participação do PT no processo de eleição para a indicação do secretário de Família e Bem-Estar Social do governo peemedebista do município de São Paulo.

O Trabalho nº 191 – 24/3/1983



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

A “volta” de Lula

Da avenida Paulista à cidade de Monteiro na Paraíba: Fora Temer!

Sem nunca ter saído de cena, a figura de Lula como alternativa ao atual governo de desastre, cresce nas ruas e nas pesquisas, na medida em que aumenta a movimentação popular contra as medidas de Temer.

Principal orador da jornada contra a reforma da Previdência, de 15 de março, com cerca de 250 mil na av. Paulista, foi saudado com “Fora Temer” e ouvido com atenção pela esmagadora maioria dos trabalhadores, à exceção de parte dos grupos de ultra-esquerda (reportagem na pág. 7).

Quatro dias depois, no sertão paraibano, onde Temer fora vaiado dias antes na inauguração oficial, Lula teve a consagração na “inauguração popular” de um canal da Transposição do rio São Francisco iniciada em seu governo. Mesmo se ainda falta fazer a água chegar nas torneiras dos pequenos produtores e do povo pobre em geral.

“Bandeiras de todo tipo, a estrela do PT no meio e Lula abaixo”

Abaixo, depoimentos de militantes pela “Reconstrução do PT” (DAP, OT etc.) da região:

Fernando - Quem esteve lá domingo, sentiu a emoção de ver a força do povo sabendo o que quer. Uma mul-



19 de março, Monteiro (PB)

tidão acima de 50 mil onde, num sol beirando a 40o, o que se via era felicidade. Muitas pessoas usando vermelho com a estrela no peito, bandeiras de todo o tipo com a estrela do PT no meio e o nome de Lula abaixo.

Não vi nenhuma confusão ou briga. As pessoas deixaram seus carros na

beira da estrada faltando 4 à 5 Km da cidade e seguiam a pé, pedindo o “Fora Temer”, aos gritos de “Lula-lá!”. Numa espontaneidade encantadora, quando Lula e Dilma chegaram, correria para vê-los e agradecer pela transposição e por estarem ali.

Edson - O sentimento era de um grande evento, porém, ao chegar era muito além. Das massas, dos humildes aos abastados, vamos dizer assim. Classe média, carros, e ônibus levando trabalhadores. A gente pode sentir a emoção do povo pelo reconhecimento da obra entregue ao semiárido paraibano. Na hora do discurso do presidente Lula, silêncio da massa, atenta. Jovens, pessoas de meia idade e da terceira idade, mostrando carinho a afirmação, ao mesmo tempo, se unindo e preparando para lutar contra o golpe, principalmente nós trabalhadores, com as contrarreformas previdenciária e trabalhista. O que se viu aqui foi o renascimento da fênix, da luta de Lula e da luta política do PT.

Melina - O ato proporcionou a todos que participaram a renovação da esperança na força das massas em lutar por seus direitos: a esperança na construção da unidade num ato em que mais de 50 mil reivindicaram

em uníssono a defesa da democracia. Esperança concreta expressa no sorriso de cada um com quem cruzávamos e reconhecíamos que temos força coletiva para lutar e construir um projeto de sociabilidade para além do capital. Sim, a esperança foi renovada em Monteiro, porque só a força das massas na luta por seus direitos é capaz de alterar a realidade.

Nova situação

A defesa do chamado “legado”, como na Paraíba, é um ponto importante, sem dúvida. Mas não explica por si porque Dilma caiu e o PT perdeu a eleição.

Por isso, a indignação com o inaceitável Temer e a emoção do reencontro dos petistas, devem fertilizar a razão que vai construir a volta de Lula, como candidato a Presidente da República. O quanto antes melhor (o dia 15 mostrou a força que pode abreviar o desastre).

Quais são as medidas de urgência (não dá para repetir 2002), quais são as novas alianças a fazer, que fazer com as instituições do golpe: são alguns pontos chave do debate do 6o Congresso.

Markus Sokol

No PT-SP não caiu a ficha!

Diretório e maioria da bancada conciliam com PSDB, a troco de cargo!

No dia 15 de março, a maioria da bancada de deputados estaduais do PT SP, com o aval da maioria do Diretório Regional (DR), votou em Cauê Macris (PSDB) para presidência da Assembleia Legislativa de SP (ALESP). Um erro muito grave quando deveriam ter tomado a palavra para declarar que o PT não vota em golpista, se pronunciando em apoio aos trabalhadores da educação que no mesmo dia começavam uma greve nacional e as várias categorias que realizavam um dia de paralisação nacional, contra a destruição da previdência e da legislação trabalhista pelo governo golpista PMDB/PSDB.

Dois dias antes o DR-PT se reuniu.

Várias moções de diretórios, vereadores e militantes do PT sindicalistas e de movimentos populares contrários ao voto no PSDB, foram encaminhadas ao DR, para que os deputados não votassem no golpista, como foi a posição da bancada federal na votação de Rodrigo Maia (DEM), para presidente da Câmara Federal. Posição que foi fruto do levante da militância, contra resolução do Diretório Nacional do PT que admitia o voto em Maia a troco de um cargo na mesa. Em São Paulo o argumento era o mesmo, manter o PT na 1ª secretaria da mesa da ALESP.

PT concilia e Alckmin endurece

A companheira Misa Boito apresentou uma proposta de resolução orientando a bancada a não votar em Cauê Macris, para reforçar em São Paulo a luta para derrotar o governo golpista e intensificar a oposição a Alckmin e sua política de destruição dos serviços públicos e repressão aos movimentos sindical, popular e da juventude.

A proposta recebeu 8 votos contra 42 que autorizou a bancada a votar no golpista, mesmo diante da situação que vivemos no Brasil e às razões que trouxeram a crise do nosso partido.

No dia seguinte a essa desastrosa decisão do DR-PT-SP o governador Alckmin entrou na justiça com pedido de liminar contra a greve dos metroviários, declarando também que “seremos duríssimos com os professores”.

Mesmo diante dessas ameaças, a capital paulista no dia 15 de março amanheceu sem transporte, com grande parte das escolas sem aula e com operários das fábricas cruzando os braços, encerrando o dia com mais de 200 mil que gritavam “Fora Temer”, “Greve Geral” num grande Ato na Av. Paulista, mostrando que a classe trabalhadora está de pé, e

que, através de suas organizações, podem derrotar o golpe e os partidos que o apoiam (ver págs. 6 e 7).

É urgente uma política para reconstruir o PT como instrumento de luta dos trabalhadores. Uma política que livre o partido dessa conciliação com nossos inimigos de classe, que

leva à convivência em normalidade no parlamento com os golpistas. É o que propõe a chapa de delegados ao Encontro Estadual do PT-SP, “Unidade Pela Reconstrução do PT” (Nº 410), rumo estado de SP ao 6º Congresso do PT.

Nilton de Martins



Dia 14/3 o Sindipetro BA, CUT, sindicatos e movimentos realizaram ato na Governadoria solicitando, novamente, audiência com governador Rui Costa (PT) para cobrar posição contrária a privatização da Petrobrás na Bahia, entre outras pautas. Em nota o sindicato repudiou recusa do governador em recebê-los e afirmou que “é necessário avançar na luta contra as forças conservadoras entreguistas na Bahia e que o papel de um Governo, eleito pelo povo, é o de se aproximar das forças democráticas e populares”.

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



UNIDADE PELA RECONSTRUÇÃO DO PT EM TODO O PAÍS!

Terminada a fase de inscrição das chapas para as eleições internas do PT, o resultado é animador: foram inscritas chapas com base na plataforma política de unidade pela reconstrução em 16 estados, 57 municípios e dezenas de diretórios zonais.

É uma demonstração da forte dispo-

sição da base do partido de combater. Centenas de militantes, de diferentes correntes partidárias somaram-se à propostas que apresentamos, pela Reconstrução do PT: pelo fora Temer, nenhum direito a menos, preparar a greve geral, fim da conciliação, constituinte e fim do PED.

São chapas que se propõem a combater dentro do partido, e junto à luta dos trabalhadores que no dia 15 de março, dia nacional de paralisação contra a contrarreforma da Previdência, começou a virar a situação. Faltam pouco mais de duas semanas. É hora de buscar o voto de cada petista. Até 9

de abril, a tarefa é produzir os materiais de campanha, organizar plenárias e debates e visitar os filiados e filiadas. Rumo à reconstrução de nosso partido como autêntico instrumento de luta da classe trabalhadora.

As chapas estaduais entraram em campanha!

SÃO PAULO

Em 12 de março, na sede do estadual do PT de São Paulo, membros da chapa vindos de várias zonais da capital e de cidades da grande São Paulo deram o pontapé inicial na batalha das próximas semanas.

Os presentes decidiram marchar junto com a CNTE e a CUT, na luta pela retirada da contrarreforma da previdência.

A chapa vai promover debates nos bairros e cidades, convidando as outras chapas a participarem.

Decisão importante foi a visita aos filiados, para apresentar-lhes os cinco pontos e chamá-los a juntarem-se ao combate pela reconstrução do PT.

A plenária organizou atos de lançamen-

to da chapa estadual em várias cidades.

Além do “corpo a corpo” nas visitas aos filiados, serão utilizadas as redes sociais. Foi decidido propor a cada membro da chapa estadual a doação de R\$ 5,00, para garantir os meios materiais da campanha.

A plenária foi realizada na véspera da reunião do Diretório Estadual que discutiu a questão da eleição da mesa da Alesp, com consenso entre os presentes de que os deputados do PT não poderiam votar em golpistas.

Foi também dado um informe sobre a organização da Conferência Mundial Aberta contra a Guerra e a Exploração (em Argel, em outubro).

SANTA CATARINA

A chapa Unidade Pela Reconstrução do PT foi construída por iniciativa do Diálogo e Ação Petista, em plenárias e reuniões com petistas em torno dos 5 pontos pela reconstrução.

A chapa é composta por 60 militantes que atuam nos movimentos sindical, estudantil, popular, além de parlamentares do partido. Na sua composição estão vários dirigentes do PT, da CUT, UCE, MNU, UFECO, além do único vereador eleito (aliás, reeleito) pelo PT em Florianópolis, Lino Peres, integrante do DAP.

Na região metropolitana, o combate

vem sendo feito na defesa do PT desde o abandono da direção nas eleições de 2016. A chapa Militantes pela Reconstrução disputa o diretório em Palhoça e, em São José, os militantes pela reconstrução tomaram a iniciativa de compor uma chapa única de unidade.

Em Joinville, a maior cidade do estado, com forte base operária, foi formada uma chapa única com base nos 5 pontos. Em Florianópolis, a chapa Unidade pela Reconstrução tem como candidata a presidente a companheira Vanda Pinedo, professora e militante da questão negra.

CEARÁ

A partir da confluência de militantes do Núcleo petista “O PT Vive” em torno dos 5 pontos lançados pelos Militantes pela Reconstrução, abriu-se no PT-CEARÁ um debate que visava a constituir uma chapa para concorrer ao PED.

No curso dos debates, particularmente a partir da luta contra o voto dos parlamentares petistas em golpistas para as mesas do Senado e da Câmara, avançou a constituição de uma chapa com os membros do núcleo, do Diálogo e Ação Petistas, do agrupamento Casa Vermelha (do vereador Guilherme Sampaio) e das correntes Articulação de Esquerda e Resistência

Socialista (uma dissidência da MS).

A chapa de delegados e também ao DM de Fortaleza incorpora os 5 pontos, mas aponta também para a manutenção do partido na oposição na capital e exige do governador Camilo Santana que afaste de seu governo os representantes do PSDB, do DEM e do PSB.

No dia 15, os membros da chapa e o candidato a presidente do PT Fortaleza se jogaram para o sucesso do ato contra a PEC 287, mostrando o rumo que querem para o PT.

Leda Vasconcelos

BAHIA



Lançamento da chapa em Feira de Santana (BA)

A chapa estadual, Unidade pela Reconstrução, foi inscrita com 106 petistas de 16 municípios, com a presença de dirigentes do Sindpec, Sindvigilantes, Sindalimentação, Comerciantes, Ferrovários e militantes do movimento negro, de mulheres e de jovens. A plataforma da chapa integra pontos estaduais que cobram do governador Rui Costa (PT) o fim das privatizações no metrô e hospitais, e posição contra as medidas do golpista Temer, como a privatização da Petrobras.

O governador recusou-se a receber o Sindipetro e a CUT, que exigem uma posição contra a privatização da Petrobras no estado. Isso após tentar privatizar a Embasa (água e esgoto), sendo obrigado a recuar frente à mobilização do Sindae, CUT e movimentos, que enquadrou a bancada de deputados do PT.

A plataforma foi assumida por diversas chapas municipais, como em Salvador, Juazeiro, Itaberaba, Santo Antônio de Jesus, Muritiba, Amargosa, Cruz das Almas e Feira de Santana. Em Feira, o lançamento no dia 17, reuniu mais de 80 petistas, entre eles o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Zé Neto, que afirmou “não tem que ter mais PED, tem que voltar ao passado, os encontros em que se discutia política”.

Gerinaldo Costa, candidato a presidente pela chapa em Feira de Santana, afirmou que “o PT é árvore de raiz boa, não morre. Com a plataforma da chapa, que se iniciou com o Diálogo Itinerante em novembro de 2016, vamos disputar o PT, retomar núcleos e reconstruir o partido com sua radicalidade”.

VAQUINHA ELETRÔNICA

Para fazer a campanha das chapas de Unidade pela Reconstrução do PT, vamos precisar de dinheiro.

Assim, mais uma vez, recorreremos aos companheiros e companheiras do nosso partido, recuperando nossa melhor tradição: ser financiados por nós mesmos.

Acesse www.vakinha.com.br/vaquinha/unidade-pela-reconstrucao-do-pt e contribua com quanto puder. É rápido, fácil e seguro. Peça contribuição a seus amigos e companheiros.

Caso prefira, deposite o valor que quiser na conta:

Caixa Econômica Federal

Agência 2873, operação 013

Conta poupança 3200-4

Em nome de Vanilda Anunciação (CPF 258.539.958-39).

15 de março: foi dada a largada abrindo a

Em todo o país, paralisações, greves e manifestações pela retirada c

O dia 15 de março de 2017 foi a mais forte jornada de mobilização da classe trabalhadora dos últimos anos. De norte a sul do país, dos grandes centros urbanos aos rincões do Brasil profundo, o povo se levantou para defender sua aposentadoria e seus direitos.

Foi decisivo para o sucesso do dia 15 a paralisação dos transportes, ônibus e/ou metrô, que não circularam em várias cidades, como por exemplo São Paulo (ônibus e metrô) e Belo Horizonte, os metroviários paralisaram por 24 horas.

Houve paralisações e manifestações no serviço público, nos Correios, no setor bancário, setores operários como metalúrgicos e químicos. Petroleiros e portuários também engrossaram a luta.

Decisiva também foi a participação de professores (ver pag. 8) e rurais na ramificação do protesto por todo o

início da manhã. Além do setor de transporte, também houve grande paralisação dos professores municipais, estaduais (180mil cruzaram os braços em todo estado, atingindo 80% das escolas estaduais), de servidores municipais. Os bancários paralisaram agências nos principais corredores e nos prédios administrativos.

O governo Alckmin tentou sabotar o movimento dos metroviários com uma liminar judicial conseguida na véspera, que queria impedir qualquer alteração no serviço nos horários de pico. Mas a categoria, em assembleia no dia 14 à noite, decidiu enfrentar o governo e o judiciário e manter a greve, e 95% aderiu ao movimento.

Durante o dia, o Sindicato dos Metroviários lançou nota à imprensa afirmando que "o governo de São Paulo, numa atitude irresponsável, opera pequenos trechos do Metrô com supervisores que têm treinamento precário,



Garis do Rio se manifestam em apoio ao dia 15

país, atingindo cidades como Pau dos Ferros (PE), Portão (RS) e Tabocas do Brejo Velho (BA).

Houve paralisações e manifestações em todos os estados e no Distrito Federal. Os atos somaram mais de um milhão de pessoas, segundo as centrais sindicais.

A população apoiou amplamente, chegando a aplaudir os metroviários de São Paulo em greve, na estação Jabaquara. Ao UOL, por exemplo, no metrô Itaquera, usuários impedidos de usar o metrô disseram que "devia parar tudo". A analista de sistemas Isabel Trajano concordava: "Querem que eu apresente certidão de óbito para pleitear a aposentadoria?".

São Paulo

Capital: a cidade parou no dia 15, literalmente. Com adesão dos trabalhadores do Metrô e de empresas de ônibus, boa parte da população não conseguiu se locomover durante o

colocando em risco a população. (...) A luta dos trabalhadores terá continuidade para colocar para fora o governo Temer e derrotar suas Reformas da Previdência e Trabalhista."

Às 17h, no MASP, 250mil manifestantes, em larga maioria trabalhadores, se uniram para fazer um ato monstro (ver pag. ao lado). À manifestação, se somaram os professores municipais e estaduais, 80 mil no total, que após assembleias das categorias se dirigiram em marcha ao MASP.

ABC Paulista

Em São Bernardo do Campo, os cerca de 600 trabalhadores na Volks que conseguiram chegar à empresa, mesmo com a greve nos ônibus fretados, fizeram assembleia e decidiram pela paralisação integral da fábrica. Os químicos paralisaram na empresa Colgate Palmolive.

Os professores das unidades do Sesi/Senai no ABC também cruzaram os



Trabalhadores dos Correios em Goiânia paralisaram no dia 15

braços, assim como os motoristas e cobradores dos ônibus metropolitanos e os trabalhadores das agências bancárias.

Santos

A Polícia Militar reprimiu os trabalhadores portuários. No local, estivadores realizavam protestos em frente ao terminal da Brasil Terminal Portuário, quando a PM atacou com bombas de gás lacrimogêneo atingindo cerca de 300 trabalhadores e deixando feridos.

Brasília

Cerca de 2mil trabalhadores rurais, ligados à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), se uniram à marcha na Esplanada dos Ministérios que ocorreu pela manhã. No mesmo dia 15, o Governo do Distrito Federal editou uma circular solicitando o encerramento do contrato dos professores temporários que aderiram à paralisação, ao que a categoria reagiu.

Salvador

Mais de 60 escolas da rede privada aderiram à paralisação, assim como os servidores do Tribunal de Justiça e dos Juizados Especial. Em todo o estado da Bahia, 397 municípios participaram do dia 15, ou com paralisações, ou

com atos, segundo a CUT estadual. No final da tarde milhares realizaram um grande ato.

Curitiba

Segundo a CUT Paraná, trabalhadores da construção civil, motoristas e cobradores de ônibus, metalúrgicos, petroleiros, bancários, o magistério e outros servidores municipais cruzaram os braços. Em todo o Estado, mais de 100 mil pessoas foram às ruas, em cidades como Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina. Um ato em Curitiba reuniu 50 mil manifestantes

Juiz de Fora

30 mil nas ruas da cidade do interior de Minas marcaram o dia de paralisação, que começou com 100% das escolas municipais e particulares fechadas, com paralisação na Mercedes Bens e nas agências bancárias, Cemig (companhia de energia elétrica), construção civil e outros setores.

Taraucá

No interior do Acre também teve manifestação contra a reforma da previdência. 2 mil pessoas foram às ruas, entre professores, trabalhadores rurais, indígenas e estudantes, no município que tem 36mil habitantes.



Taraucá (Acre)

via da greve geral que é preciso convocar

da PEC do desmonte da Previdência e da contrarreforma Trabalhista

O Dia Nacional de Paralisação de 15 de março, chamado pela CUT e outras centrais, superou todas as expectativas.

Preparado com base na recusa à Proposta de Emenda Constitucional de desmonte da Previdência (PEC 287) as manifestações que ocorreram em todas as capitais e em inúmeras cidades do interior (ver pag. ao lado) também incluíram o rechaço à contrarreforma trabalhista (PL 6787) e à terceirização ilimitada (na pauta da Câmara no fechamento desta edição).

A decisão da CUT de puxar o 15 de março - em relação com a greve nacional deflagrada pela CNTE (ver pag. 8) - não deixou alternativa para as outras centrais senão convocar, ainda que com nomes diversos, mobilizações nessa data.

Um dado de qualidade

O protagonismo da classe trabalhadora e seus sindicatos foi o dado de qualidade, dando o tom nas manifestações que foram as maiores já registradas desde o início da luta contra o golpe em 13 de março de 2015.

A CUT registrou um milhão de



Avenida Paulista, 15 de março, reuniu 250 mil manifestantes

manifestantes em todo o país: mais de 250 mil na Avenida Paulista; 100 mil em Belo Horizonte e no Rio; 50 mil em Curitiba, Fortaleza e Salvador, 40 mil no Recife; 20 mil em Porto Alegre etc.

Em todas as manifestações ecoou o grito de "Fora Temer", demonstran-

do que os trabalhadores passaram a entender que os ataques aos seus direitos fazem parte do golpe que levou Temer ao poder.

Nos principais atos, dirigentes sindicais apontaram a greve geral como continuidade. Em São Paulo, Vagner Freitas (CUT) reafirmou a exigência de "retirada da PEC 287 e das propostas de acabar com direitos trabalhistas". "Nós não vamos negociar migalhas com o Temer, não vamos negociar migalhas com golpista. O Temer tem que retirar do Congresso a Reforma da Previdência. Se ele não retirar, nós vamos organizar a maior greve-geral que este país já viu", disse Vagner Freitas.

Presente ao ato da Paulista, Lula, afirmou que "a retomada do emprego e da valorização dos salários é que vai equilibrar as contas da Previdência".

Aliás, a presença de Lula no ato de São Paulo levou dirigentes da Força Sindical e UGT a anunciar que não iriam à Paulista. Mas, até sindicatos filiados a essas centrais que querem "negociar" as contrarreformas com o governo Temer, estavam presentes com faixas em meio à multidão.

Chegou a hora da greve geral!

Se já existia a necessidade da greve geral contra os ataques ao conjunto da classe trabalhadora que são o desmonte da Previdência e a flexibilização das leis trabalhistas, depois do 15 de março ela se transformou numa possibilidade concreta.

O que coloca em primeiro plano a responsabilidade das centrais sindicais - em particular da CUT que reúne sua direção em Brasília em 29 de março - de convocá-la para meados de abril, quando está prevista a votação na Câmara da PEC 287. Uma moção nesse sentido vem sendo aprovada em assembleias da greve dos professores e em outras instâncias sindicais (ver box abaixo).

Até lá, se impõe um estado de alerta e mobilização permanente, pois o governo Temer, sentindo o tranco, pretende "passar na frente" a aprovação da terceirização (PL 4032) e do PL que rasga a CLT.

Julio Turra

"Que se convoque a Greve Geral"

Desde o dia 20 de março, ao calor do êxito da mobilização nacional do dia 15, foram aprovadas resoluções em assembleias de entidades da base da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT, ver pag. 8) na linha da moção que reproduzimos abaixo:

Moção à CUT

"Considerando o papel fundamental que a CUT jogou no Dia Nacional de Paralisação de 15 de março, nos dirigimos à DN-CUT que se reúne em Brasília em 29 de março, para que convoque a Greve Geral para meados de abril, levando essa proposta a outras centrais, pela Retirada da PEC 287 de desmonte da Previdência e também do PL 4787 que rasga a CLT para precarizar as relações de trabalho (negociado sobre o legislado, trabalho a tempo parcial e trabalho temporário, expulsão dos sindicatos da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho).

Desde já declaramos que a nossa categoria está disposta a desenvolver todos os esforços para o êxito da greve geral por nenhum direito a menos.

Saudações cutistas, Fora Temer!"

Esse posicionamento já foi adotado, até o momento, nas assembleias do Sindiute (trabalhadores em Educação) de Fortaleza (CE); da APLB (professores estaduais) da Bahia; do Sinpro-DF (assembleia com 5 mil grevistas); do Sinsej (municipais) de Joinville (SC); do Sinproja (municipais) de Jaboatão (PE) e do Sintepe (estaduais, PE).

Tomadas de posição no mesmo sentido podem e devem ser propostas em assembleias ou instâncias de organizações sindicais em todos os níveis, estejam ou não em greve. Inclusive naquelas filiadas a outras centrais sindicais, que não a CUT, adaptando-se a sua redação.

É hora de cobrar a responsabilidade das direções das centrais sindicais na convocação da greve geral!

ÚLTIMA HORA

Câmara inicia votação da terceirização ilimitada

No fechamento desta edição os deputados começavam a votar o PL 4302, apresentado por FHC em 1998, que libera o trabalho terceirizado em todas as atividades das empresas, além de anistiar débitos e penalidades aplicados até agora.

Dirigentes da CUT e de outras centrais, desde o dia 21, fizeram plantão em Brasília pressionando pela não votação da matéria. Hoje (22), manifestantes, dentro e fora da Câmara, protestavam, enquanto a Rodoviária da capital era bloqueada por sindicalistas até às 16 horas.

Rodrigo Maia, diante do fato que o PL 4330 tinha provocado um substitutivo global do senador Paim que

proibia a terceirização das atividades-fim (entendimento atual da Justiça do Trabalho), desengavetou o PL 4302 (que já tinha passado no Senado há tempos) e o apresentou para a votação na Câmara, num verdadeiro "passa moleque". Uma vez aprovado, o PL 4302 vai direto à sanção de Temer!

Num vídeo gravado dentro da Câmara, Vagner Freitas (CUT) alertou: "Se eles passarem essa proposta aqui, nós iremos fazer uma greve geral no Brasil, para derrotar essas propostas todas. Nós vamos mobilizar contra a reforma da previdência, contra a reforma trabalhista e contra a terceirização. Vamos denunciar cada deputado e deputada que votar hoje aqui na terceirização".

Greve nacional da CNTE coloca a questão da greve geral

Iniciada em 15 de março, ajudando a mobilização geral, depende agora da luta de todos trabalhadores

A decisão do 33º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT), em janeiro, de propor a greve geral nas suas bases integrando, ao lado de reivindicações específicas dos trabalhadores em educação (Piso Nacional, salário e condições de ensino), a questão central da retirada da PEC 287 de desmonte da Previdência (que acaba com a aposentadoria especial dos professores após 30 anos de contribuição para homens e 25 para mulheres, foi essencial para o êxito do Dia Nacional de Paralisação chamado pela CUT (ver pag 7), e, portanto, para colocar na ordem do dia a questão da greve geral de toda a classe trabalhadora.

As assembleias realizadas em todo o país em 8 de março – Dia da mulher trabalhadora – levaram a maior parte da categoria a parar no dia 15 de



março, sendo que em dez estados as redes estaduais entraram em greve por tempo indeterminado, assim como algumas bases de professores da rede municipal.

Mas, em função da própria natureza da CNTE, que agrupa entidades que se confrontam com governadores e prefeitos na luta sindical, o movimento é desigual e as reivindicações específicas dependem de relações de força locais que não são as mesmas em todo país.

Assim, entidades importantes, como a APEOESP em São Paulo, paralisaram as escolas em 15 de março, mas a assembleia votou pela greve a partir do dia 28. Já no Sinte-SC adotou-se greve a partir do dia 25, enquanto em outras bases a greve continua, como em Brasília, desde o dia 15.

A chave da situação é a convocação da greve geral

Assim, nos estados onde a greve está forte, ela seguirá sendo um ponto de apoio para a exigência de que as centrais sindicais, a CUT em particular, convoquem a greve geral. Nos estados onde a greve foi suspensa ou seu início foi adiado, a convocação da greve geral para meados de abril (provável votação da PEC 287 na Câmara), abre a perspectiva de sua retomada num outro patamar e com mais força.

Em 25 de março reúne-se o Conse-

lho Nacional de Entidades da CNTE, que estará colocado diante da realidade descrita acima. Desde já assembleias em diferentes estados, tendo mantido ou não a greve por tempo indeterminado, aprovaram resoluções dirigidas à CUT pela convocação da greve geral (ver pag. 7). A mesma questão se coloca para o Conselho da CNTE.

No processo de preparação da greve nacional da CNTE, em várias escolas, os professores buscaram o apoio dos alunos e pais para a sua luta, explicando que o desmonte da Previdência atingia a todos e chegando a formar comitês locais em defesa da Previdência Pública e direitos trabalhistas, algo que continua de plena atualidade neste momento.

Abaixo dois exemplos de como iniciou-se a greve nacional proposta pela CNTE.

Mobilização unifica sindicatos

Em Pernambuco, professores estaduais e municipais em ações comuns

O SINTEPE (escolas estaduais) adotou calendário unificado com os sindicatos de professores municipais de Jaboatão (SINPROJA), Recife (SIMPERE), Olinda (SINPMOL), Cabo (SINPC) e Moreno (SINPREMO), que deu início, em 15 de março, à greve nacional da educação em Pernambuco, por tempo indeterminado.

Todos esses sindicatos realizaram assembleias em suas bases ainda antes do Carnaval, deliberando adesão à proposta do Congresso da CNTE de janeiro.

As ações comuns se deram em 8 de março, Dia da mulher trabalhadora, e desembocaram na assembleia unificada de deflagração da greve no dia 15, realizada no centro do Recife com milhares de participantes que, em seguida, juntaram-se à caminhada liderada pela CUT-PE, com outras centrais e movimentos populares, do Dia nacional de paralisação com cerca de 20 mil manifestantes, incluindo bancários, metalúrgicos, servidores federais e estaduais, construção civil, metroviários, etc.

Uma caminhada posterior dos trabalhadores em educação em greve, com 5 mil participantes, satirizou a PEC 287 de desmon-

te da Previdência com o nome de “Colônia dos Aposentados de Temer”.

A greve dos professores municipais teve boa adesão, chegando no Recife e Jaboatão a mais de 80%. Na rede estadual de ensino, escolas a tempo integral, que dificilmente aderem a greves, participaram dos seus três primeiros dias.

No dia 20, quarto dia de greve, as direções da maioria dos sindicatos - SINTEPE, SINPMOL, SINPC - decidiram levar às assembleias a proposta suspensão da greve, que foi adotada. Na assembleia estadual do SINTEPE aprovou-se uma moção dirigida à CUT pela convocação da greve geral (ver pag 7). No dia 21, na assembleia do SINPROJA, a mesma moção foi também adotada.

Só a direção do SIMPERE (filial do Conlutas) propôs manter a greve por mais dois dias (até o dia 22), por conta de mesa de negociação com a prefeitura nesta data. Também nessa assembleia foi aprovada moção dirigida à CUT, à Conlutas e à CTB pela definição de uma data para a greve geral em meados de abril.

A luta continua por nenhum direito a menos!

Alex Valença

Juiz de Fora: 70% de adesão

Professores aderem à greve e manifestação foi a maior na história da cidade

Professores da rede municipal de Ensino, organizados pelo Sinpro-JF, deflagraram greve por tempo indeterminado em 15 março, atendendo ao chamado da CNTE, da mesma forma que os professores da rede estadual, da base do Sindiute-MG.

Sua pauta integra a luta pelo cumprimento do Piso Salarial do Magistério, bem como a exigência de retirada da PEC 287 de desmonte da Previdência – que ataca em particular as mulheres, maior contingente da categoria, submetidas a duplas ou triplas jornadas de trabalho e que, com a contrarreforma de Temer, perderiam também sua aposentadoria especial de professoras.

Também foi integrada na greve dos professores municipais e estaduais a luta pela retirada do PL de ataque aos direitos trabalhistas do governo ilegítimo de Temer.

Trinta mil nas ruas

Um grande ato, considerado o maior da história da cidade, marcou o Dia Nacional de Paralisação chamado pela CUT e o início da greve do magistério em 15 de março. Cerca de 30 mil trabalhadores e estudantes tomaram as ruas de Juiz de Fora durante 6 horas.

Assembleias lotadas e com adesão quase unânime, culminaram em mais de 70% da categoria parada, o que mostra a unidade na luta pela manutenção de direitos históricos que vem sendo ceifados.

Os professores da rede municipal voltam a realizar assembleia em 23 de março, quando apreciarão o quadro nacional da greve, para decidir sobre a continuidade do movimento.

Há uma expectativa de que a CUT e demais centrais decidam por convocar a greve geral, o que pode levar os professores a suspender a greve para retomá-la junto com o conjunto da classe trabalhadora brasileira.

No momento em que a Previdência Social está sendo entregue ao capital privado, em que a CLT está sendo rasgada pelos golpistas e direitos como 13º e férias correm riscos, num momento em que a terceirização das atividades-fim está a um passo de ser aprovada, o lugar da classe trabalhadora é nas ruas, lutando contra o governo golpista e seus desmandos.

Nenhum direito a menos, Fora Temer!

Correspondente

Temer recua sob pressão, mas é manobra!

“Retirada” de estaduais e municipais da PEC da Previdência é armadilha

Na noite de 21 de março, Temer anunciou a “retirada” do bojo da PEC 287 (Previdência), dos servidores estaduais e municipais.

O governo golpista sentiu o tranco do Dia Nacional de Paralisação de 15 de março e da greve nas bases da CNTE (Educação) e, na aparência, recuou.

Já o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), disse que a decisão de Temer “diminuiu 70% da pressão” sobre a Câmara. Eles querem dividir e confundir a resistência, está claro.

Mas o recuo de Temer é também uma manobra, pois o desmonte da Previdência vem na forma de emenda à Constituição (PEC), que, uma vez adotada, vai condicionar o que Estados e municípios farão com a aposentadoria de seus funcionários (aliás como já ocorreu com a PEC 55 do teto dos gastos públicos).

A reação de algumas entidades de professores, compreensível, de atribuir o recuo de Temer à pressão da greve nacional da Educação, pega só um lado da questão, o que as levaria, de forma inconsciente, a cair na armadilha.

Assim, para tomar um exemplo, a nota do CPERS gaúcho de 22



de março chega a afirmar que a “retirada” é “uma grande vitória para todos os educadores, que garantem, desta forma, a manutenção da aposentadoria especial do Magistério”.

Não nos deixemos enganar, não está garantida a aposentadoria dos professores, o ataque foi apenas adiado e transferido para os governadores e prefeitos.

Essa é a razão concreta para que professores e servidores estaduais e municipais sigam unidos a toda a classe trabalhadora na luta rumo à greve geral, e não uma “solidariedade” aos demais setores, pois seu problema estaria resolvido. Não, não está!

O desserviço de emendar a PEC 287

Situação que joga luz sobre a nefasta política de emendar a proposta de desmonte da Previdência, levada por algumas direções sindicais, para retirar esse ou aquele setor (rurais, professores, carreiras do funcionalismo federal) do bojo da PEC 287.

Isso para não falar de outros tipos de emendas, como as do Paulinho da Força (SD), de minorar prejuízos para “dourar a pílula” da contrarreforma.

Mais de 140 emendas foram apresentadas à PEC 287, a maioria de deputados da base aliada de Temer (PMDB, PSDB, DEM), que estão confrontados em suas bases com a pressão para votar contra a proposta

do governo golpista.

A oposição tem 44 emendas. PSOL 1, PCdoB 4, PDT 13 e PT 26! Entre os petistas, as emendas são de João Daniel (SE), Marcon (RS), Padre João (MG), Pedro Uczai (SC) e Valmir Assunção (BA) – autores de emendas para “garantir direitos de trabalhadores rurais e professores” (Boletim da bancada do PT).

A linha de apresentar emendas, para “minorar”, livrando alguns setores divide o movimento que pode em unidade, como mostrou o 15 de março, derrotar, na íntegra, a PEC 287!

É um equívoco, pois, como disse o ex-ministro da Previdência de Lula e Dilma, Carlos Gabas, no Seminário de parlamentares do PT sobre o tema (09/03): “Não dá para mexer em nada, tem que derrotar de conjunto”.

O “Nenhum direito a menos” das mobilizações de massa, exige que não se entre no jogo de emendar para “minorar os males”. O que se impõe é a decidida luta pela retirada da PEC 287, o que, dada a composição do Congresso nacional, implica na deflagração da greve geral.

Lauro Fagundes

“Suas excelências” em plena crise institucional

Hora de retomar o debate da Constituinte

“Disenteria verbal” e “decrepitude mental”, foi do que Sua Excelência, o procurador-geral, Janot, no fechamento desta edição, acusou o Excelentíssimo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes. Ele afirmara que “está no artigo 325 do Código Penal”, “vazamento é crime”, acusando os procuradores de “abuso de poder”. Qual será o próximo lance?

O regime está abalado, por cima e por baixo.

Na verdade, foi uma coincidência em termos neste dia 15 de março, a manifestação de 1 milhão contra as contrarreformas da Previdência e Trabalhista, ao som de Fora Temer e Greve Geral, com a divulgação da “lista de Janot” de delações da Odebrecht. Para o PGR, “a democracia sob ataque em grande medida conspurcada na sua essência (!) pela corrupção e pelo abuso do poder econômico e político”.

Na lista que impactou o regime estão nove ministros, os presidentes da Câmara e do Senado e mais 10 governadores, além do usurpador mal-coberto, fazendo as cabeças dos partidos da situação entrar em pânico.

Dias depois, a Operação Carne Fraca da Polícia Federal só acrescentou um fator à crise, além de ameaçar outro setor da economia nacional.

Aí, só adiar a contrarreforma da Previdência e antecipar a Trabalhista, já não era suficiente no desconcerto criado. Temer trouxe a público um confuso “recuo” na Previdência, excluindo os servidores estaduais e municipais (ver acima).

Começo da virada

O dia 15 foi o começo de uma virada na luta de classes. Pode ser o começo do fim do odiado Temer, mas não só dele. Pois é difícil substituí-lo, sem destampar a crise geral das instituições corruptas e antipopulares às quais se imbrica.

É que impopular o regime golpista sempre foi. Agora que as amplas massas começaram a mover - já não estão semiparalisadas como antes - a onda das ruas pode arrastar o regime e as instituições.

Um ano depois, embaixo se percebe melhor o conteúdo do impeachment, e os quadros organizadores começaram a fazer o balanço da derrota do golpe.

Nestas condições, em que ascende a figura de Lula como alternativa ao governo (ver pág. 4), amplia-se também o terreno para apresentar a luta pela Constituinte, fundindo a necessidade da reforma polí-

tica com a anulação dos ataques dos golpistas (Pré-sal, congelamento de gastos, reforma do ensino médio etc.).

João Alfredo Luna

AUTO REFORMA OU CONSTITUINTE?

A crise acelerou no Congresso a enésima tentativa de reforma política, eleitoral na verdade, cujo relator é o deputado Vicente Cândido (PT-SP).

Um projeto negociado entre Gilmar (TSE), Eunício (Senado), Maia (Câmara) e Temer, cientes que o “sistema atual se exauriu”, propôs trocar financiamento privado por um fundo eleitoral público, com voto em lista fechada, onde os atuais parlamentares encabeçariam as listas, salvando a oligarquia política. Mas sua rejeição, já fez Maia abandonar aquela “preferência” (“é inconstitucional”).

Vicente diz que o relatório que apresentará em abril, não trará o privilégio na lista fechada e combinará financiamento público (70%) com 30% de pessoas físicas (até 1 salário mínimo, proibindo milionários autofinanciarem-se), prevendo um nebuloso “sistema distrital misto” a partir de 2026.

Estão contra a boa parte da direita e o PSOL - “o país não está preparado para a lista fechada, abrigo para proteger nomes sob investigação” (dep. Chico Alencar, OESP, 22/3) - que prestigiam a chantagem da Lava Jato e da PF.

Será esse Congresso capaz de uma reforma eleitoral democrática?

Certo mesmo, é que uma Constituinte Soberana - unicameral, proporcional, com voto em lista e financiamento público - é a única forma democrática do povo passar o país a limpo e reformar as instituições políticas, para abrir caminho às reformas populares (agrária, da mídia, do judiciário, do sistema financeiro etc.).

EUA: Trump, de anúncio em anúncio

Fragilizado, governo propõe orçamento com mais gasto militar e ataca direitos

L ogo após publicar a nova versão de seu decreto racista que proíbe por três meses a entrada nos Estados Unidos de cidadãos de alguns países do oriente médio e da África, Trump envia ao Congresso um pacote com brutais cortes sociais. Mas as fragilidades de seu governo são claras.

Anti-imigração

Trump, teve de recuar na nova redação do decreto sobre entrada de imigrantes: as restrições são apenas à concessão de novos vistos, não atingindo mais os iraquianos (e retirando a menção a cristãos). A interrupção do acolhimento de refugiados sírios agora está limitada no tempo.

Esse ataque de Trump aos imigrantes foi um de seus grandes motes de campanha. Mas sua realização já se encontra drasticamente reduzida por essa nova redação, embora mantenha a tentativa reacionária de restringir a liberdade de entrada nos EUA. Procuradores de vários Estados democratas já contestaram esse novo decreto na justiça.

É uma ilustração da fragilidade desse governo que, não obstante as bravatas de Trump, não tem a capacidade de colocar em prática suas propostas.



Fragilidades

Nos EUA, os procuradores costumam se demitir com a posse do novo presidente para que este os substitua. Tal processo não estava acontecendo tão rápido como queria Trump, que então ordenou 46 de 93 procuradores para que se demitissem imediatamente.

Trump continua também com problemas na composição de seu gabinete. O vazamento de grampos pelo FBI de conversas irregulares entre seu conselheiro (ministro) de Segurança, Michael Flynn, e agentes russos, obrigou a demissão do conselheiro

há um mês. Agora, a investigação do FBI mostra também que Flynn não só negociou com o governo russo sem autorização, mas também recebeu dinheiro (indiretamente) do Estado turco, o que o obrigou a identificar-se como “agente estrangeiro”.

Fragilizando mais ainda o governo, novas revelações das agências de informação mostram que o ministro da Justiça, Jeff Sessions teria mantido conversas irregulares com o embaixador russo.

Orçamento e Política Mundial

Trump enviou ao Congresso na semana passada um projeto de Orçamento Federal com cortes nas áreas sociais sem precedentes na história dos EUA, para aumentar em 10% os gastos militares -- já extremamente altos -- e para não elevar impostos, sua promessa eleitoral.

O projeto prevê o corte dos 54 bilhões de dólares em 62 agências e programas, preservando, é claro, o orçamento da vigilância das fronteiras (inclusive, o destinado ao bilionário custeio do muro de separação com o México).

Os cortes vão comprometer drasticamente programas sociais na área

de Educação e Saúde públicas, Assistência ao Trabalho, Meio Ambiente, Habitação Popular, Agricultura, e até a NASA e o sistema de televisão pública, PBS.

A discussão da lei que revoga o Obamacare (plano de Saúde implementado por Obama) provoca debates entre os republicanos. As associações de seguradoras declararam sua oposição à supressão da obrigatoriedade para todo cidadão de adquirir um seguro privado, e os senadores republicanos se preocupam com o financiamento da subvenção anunciada para a compra do seguro.

Em 14 de março Trump encontrou-se com a chanceler alemã, Angela Merkel. Depois de ter sido obrigado a reafirmar que os Estados Unidos permanecerão na Otan, ele exigiu dos outros membros que eles aumentem seus orçamentos militares. A Alemanha anunciou que se aproximaria dos 3% do PIB, mas continua bem abaixo.

Foi um encontro da crise de um governo estadunidense fraco, com aquele de uma União europeia que se desagrega: as eleições gerais trarão grandes incertezas na França e na Alemanha e o resultado delas irá alimentar a crise política mundial.

Pela libertação dos sindicalistas sul-coreanos

Após a queda da presidente Park Geun-Hye, central sindical KCTU faz um apelo ao novo governo

D epois de intensa mobilização popular, caiu em 10 de março a presidente da Coreia do Sul, Park Geun-Hye. De 29 de outubro do ano passado a 4 de março deste ano, centenas de milhares de trabalhadores, jovens, estudantes e o povo em geral se manifestaram todos os sábados, no quadro de uma coalizão da qual participavam as duas centrais sindicais do país, KCTU e FKTU, para exigir a destituição da governante.

Eleita em 2012, Park era acusada de corrupção, em ligação com um executivo da Samsung, um dos cinco grandes grupos industriais e financeiros do país. Outras empresas também estão envolvidas nas denúncias. No dia 7 de março, uma conferência extraordinária da KCTU, com 633 delegados, decidiu convocar uma greve geral caso a Corte Constitucional rejeitasse a demissão da presidente.

Essa conferência decidiu também preparar uma greve geral “para terminar com o sistema econômico de Park Geun-Hye” e “pelo desmantelamento do sistema de ‘chaebols’ (grandes grupos), como Samsung ou Hyundai, a eliminação do emprego irregular, o salário (horário) mínimo no valor de 10 mil won (cerca de R\$



7 de março, conferência extraordinária da KCTU

27)”, entre outros pontos.

Finalmente, em 10 de março, a Corte Constitucional, a mais alta instância institucional da Coreia do Sul, decidiu por unanimidade destituir a presidente. Em consequência, uma eleição presidencial deverá ocorrer em 60 dias. Para a KCTU, a decisão “é uma vitória da revolução das velas” (as imensas manifestações que reivindicavam a demissão da presidente se desenvolviam à noite, à luz de velas). Mas isso não significa

que o combate terminou.

Um porta-voz da central sindical explicou: “A decisão da Corte Suprema mostra que o combate organizado pelos sindicatos era justo. A KCTU apela agora ao novo governo para que todos os sindicalistas presos sejam libertados e que a Coreia respeite as obrigações ligadas às normas internacionais do trabalho. O presidente da KCTU, Han Sanggyun, cumpre pena de três anos de prisão por haver dirigido uma manifestação contra Park”.

Sistema antimísseis

Em relação à instalação do sistema antimísseis estadunidense chamado de terminal de defesa de área de alta altitude (THAAD, na sigla em inglês), o exército dos EUA tomou suas precauções, pouco antes de ser definido o veredicto da Corte Constitucional. O sistema foi aceito pela presidente deposta. É fabricado nos EUA e concebido para abater mísseis balísticos de alcance curto, médio e intermediário, os tipos de armas que a Coreia do Norte afirma possuir.

O jornal “Korea Times” (8/3) indica: “O primeiro lote de equipamentos do THAAD aterrissou na base aérea de Osan, em Pyeongtaek, 70 quilômetros ao sul de Seul, em um avião de transporte C-17, declararam na terça-feira o Ministério da Defesa e as forças estadunidenses na Coreia”.

Isso apenas confirma a atualidade da resolução aprovada pela conferência de 7 de março da KCTU “contra a instalação do dispositivo THAAD e pela paz na Península da Coreia”.

Albert Trap, do jornal “Informações Operárias”, do Partido Operário Independente (POI) da França

Jornadas de mobilização na Argentina

Centrais sindicais marcam greve para 6 de abril

O mês de março começou com três mobilizações massivas que expressam o avanço do descontentamento com o governo de Mauricio Macri.

Todos os anos começam com a discussão, nas comissões paritárias [composta por trabalhadores e patrões, com mediação do governo, NdT], sobre o índice de aumento dos salários dos trabalhadores. O governo tentou colocar um limite de 18%, com o argumento que seria superior à inflação. No final de fevereiro teve um primeiro revés. Depois de uma greve, o sindicato dos bancários arancou um índice maior.

Um caso particular nessas paritárias são os professores (escolas primárias e secundárias). O governo, buscando fragmentar a luta, se recusou a fazer um acordo nacional e jogou a negociação para cada Departamento [equivalente a Estados, NdT].

Os sindicatos dos professores convocaram uma greve para 6 e 7 de março, com mobilizações no dia 6. Nos dias anteriores à greve, uma campanha midiática tentou desmoralizar o movimento, em particular Roberto Baradel, secretário geral do SUTIBA (sindicato do Departamento de Buenos Aires), dizendo que ele faz o jogo kirchnerista. Inclusive, para evitar a greve, levantou-se a possibilidade de convocar "voluntários" para substituir os professores, o que é impedido por lei.

Mesmo com as ameaças do governo de descontar os dias parados, a



Buenos Aires: manifestação dos professores em 6 de março

resposta dos professores foi uma greve contundente e uma manifestação massiva no dia 6. O governo, propõe 17% de reajuste, enquanto os professores reivindicam 35% (para compensar os 10% de perda em 2016 e os 25% de inflação prevista para 2017).

Algo nunca visto no sindicalismo argentino

No dia 7 de março ocorreu uma mobilização convocada pelas centrais sindicais CGT (Confederação Geral do Trabalho) e as e as duas CTAs (Central dos Trabalhadores da Argentina).

Durante todo o ano de 2016, a CGT se negou a chamar uma paralisação nacional.

Neste ano, o governo agiu, até o último momento, para que não

houvesse mobilização e que não se marcasse uma data para a greve nacional.

No dia 7, com a direção da CGT se negando a anunciar a data da greve, houve um descontentamento geral que terminou com muitos dirigentes fugindo do palco, que foi tomado pelos manifestantes. Algo nunca visto na história do sindicalismo argentino.

Isso evidencia uma profunda crise dos sindicatos que não respondem ao descontentamento existente, em um cenário de queda do consumo e aumento do desemprego. Uma crise que não é só sindical, mas que atinge também os partidos políticos.

A CGT, que ficou debilitada, questionada no dia 7, admitiu anunciar a greve. Uma reunião das centrais foi marcada para a semana seguinte.

8 de março

No dia internacional das mulheres, houve a terceira grande mobilização, na qual se via colunas sindicais.

É preciso lembrar que na Argentina o movimento de mulheres vem realizando encontros anuais (o último reuniu cerca de 70.000 participantes) onde se discute diversos temas.

A divulgação de casos de assassinatos de mulheres gerou uma consciência que se expressa nas marchas "Ni una a menos". Ainda que a imprensa reduza tais mobilizações à luta contra o machismo, as palavras de ordem têm um caráter cada vez mais acentuado de luta das mulheres trabalhadoras, com conteúdo de questionamento da ordem vigente.

Greve geral 6 de abril

Uma nova manifestação dos professores "marcha federal educativa" está convocada para o dia 22 de março, à qual se somarão professores universitários.

As duas centrais CTA fizeram uma plenária para pressionar pela marcação da greve. Finalmente a CGT foi obrigada a convocar a greve para o dia 6 de abril.

Espera-se que na primeira semana de abril haverá uma greve geral, que confirmará o descontentamento com o governo Macri, e suas figuras públicas, o que já se manifesta nas pesquisas. É preciso levar em conta que neste ano se realizam eleições parlamentares na Argentina.

Correspondente

ONU discute retirada gradual da missão no Haiti

Delegação a Nova Iorque vai exigir retirada incondicional

No próximo mês de abril a ONU vai discutir o mandato da Minustah, missão que ocupa o país desde 2004, com tropas estrangeiras, comandadas pelas tropas brasileiras.

No relatório submetido à discussão, o atual Secretário Geral da ONU, António Guterres, disse que a Minustah deve terminar em 15 de outubro. A decisão será tomada no Conselho de Segurança da ONU em 11 de abril. Segundo o relatório, a retirada seria gradual para a polícia haitiana ter tempo de assumir as operações de segurança no país. Para isso seria mantida uma "seção política" da Minustah, com uma redução de 50% do efetivo atual da Minustah. Os 1001 policiais estrangeiros que estão hoje no Haiti seriam reduzidos a 295.

Desde a ocupação o Haiti vive

uma situação de instabilidade, de crescimento da miséria do povo e repressão.

No último dia 20, o ex-presidente Jean-Bertrand Aristide foi vítima de um atentado quando saía de uma audiência em um tribunal da capital haitiana, Porto Príncipe. Uma pessoa se feriu. Não se tem notícias dos autores e nem da motivação. Aristide foi o presidente deposto pelo Departamento de Estado dos EUA, em 2004, para justificar a ocupação do país.

Delegação à ONU

Um amplo leque de entidades sindicais, populares, da juventude e democráticas do Haiti lançou um apelo para uma delegação internacional no dia 11 de abril à ONU para exigir o fim da Minustah. Delegação

que começa a ser construída e que terá representantes do Brasil.

David Oxygène, Secretário geral do Movimento de Liberdade e Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade (Moleghaf), é um dos que encabeçam o chamado pela delegação.

Oxygène, assim como Jean Bolland Fatal, da Confederação dos trabalhadores dos setores públicos e privados (CSTP), que também organiza a delegação à ONU, assinam a convocação da Conferência Mundial Aberta contra a Guerra e a Exploração, em Argel, no mês de outubro de 2017 (ver OT 802).

Oxygène falou da expectativa em relação à participação nessa Conferência em relação à na luta que desenvolve no Haiti, em particular contra a ocupação das tropas da ONU.

"Essa conferência abre uma nova perspectiva para Moleghaf. A possibilidade de explicarmos a situação aberta no Haiti, em presença de outras organizações da classe. Com a presença do Moleghaf na Conferência Mundial Aberta, a solidariedade ao Haiti se reforçará, na luta contra a ocupação militar do país. Levaremos a experiência da luta no Haiti, o longo caminho percorrido contra a ocupação. O interesse é que essa conferência toque nos grandes problemas da humanidade e tome decisões de interesse dos trabalhadores e dos povos em todo o mundo. A partir da participação na Conferência organizaremos debates e outras atividades, apresentando os resultados, para permitir aos operários, ao povo, continuar na luta contra a guerra, a exploração e a dominação."

Chile luta contra fundos de pensão privados

Modelo instaurado pela ditadura de Pinochet ameaça deixar os trabalhadores sem aposentadoria



No momento em que, no Brasil, os trabalhadores lutam para derrotar a contrarreforma da Previdência apresentada pelo governo golpista, O Trabalho conversou com Luis Mesina, secretário-geral da Confederação Bancária do Chile e porta-voz do movimento “Não+AFP”. AFP é a sigla das Administradoras de Fundos de Pensão, fundadas pela ditadura chilena em 1981, depois que Pinochet privatizou a Previdência pública no país. Essa medida foi convertida pelo capital financeiro em “exemplo”, em vários países, para os ataques à previdência pública.

Dirigente sindical dos trabalhadores do setor bancário, Mesina combateu a ditadura militar e, desde o início da década de 2000 – com mais força a partir de 2008, com o princípio da crise do sistema capitalista (falência do Lehman Brothers) – começou, juntamente com outros setores, a campanha “Não+AFP”.

Atualmente, esses fundos, que são negociados no mercado mundial das bolsas, só servem para financiar os projetos do grande empresariado mundial e a política capitalista para expandir seus domínios. Não é casual que, no Chile, os envolvidos em casos de corrupção, propinas e fraudes estejam

vinculados também às AFP.

No ano passado, a campanha, que exige uma Previdência pública e solidária, cresceu no país, agrupando os sindicatos das categorias mais importantes e ganhando a população, as famílias trabalhadoras, como demonstraram as maciças marchas realizadas, inclusive um dia de paralisação nacional em novembro de 2016. A entrevista foi concedida a Misa Boito.

O Trabalho – Pode nos dar um breve histórico do que ocorreu com a Previdência no Chile e qual é a situação atual dos trabalhadores em relação a isso?

Luis Mesina – A discussão começou na Confederação de Sindicatos de Trabalhadores Bancários e Afins (CSTEBBA), porque foi no sistema financeiro que primeiro soaram os alarmes de que o sistema não funcionaria e que as futuras aposentadorias estavam em risco. As falências de 2008 nos deram razão, e aí começamos a tarefa de falar com outros setores de trabalhadores, os estudantes e a população em geral. O que mais golpeou foi o fato de que os recursos da poupança dos trabalhadores não estavam resguardados, mas expostos às quedas das bolsas, o que compromete as futuras aposentadorias.

OT – Que balanço você faz da campanha, em particular no ano de 2016? O movimento reúne quais categorias e sindicatos?

LM – O balanço é muito positivo, já que, em termos de consciência, os trabalhadores deram um salto. Quase todo mundo domina o básico que



2016: em todo o país, as ruas são tomadas por manifestações contra a previdência privada

há para se entender o modelo previdenciário. Quanto às categorias, os distintos setores de trabalhadores se identificaram com essa luta, por cima das diretrizes sindicais que, segundo posturas partidárias, estão contra a nossa campanha. As mobilizações reúnem mineiros, pescadores, portuários, estudantes, bancários, associações de saúde, servidores, educação, o povo pobre etc., o que nos permite abarcar todo o território nacional.

OT – Em agosto de 2016, uma delegação foi recebida pela presidente Michelle Bachelet. Que resposta o governo deu?

LM – Até o momento, nenhuma, e não temos esperança de que o faça. A força dos trabalhadores é que deverá empurrar as mudanças. Sem luta, nada mudará.

OT – No próximo dia 26 há uma nova marcha convocada. Como está sendo preparada, qual a expectativa? E quais os próximos passos?

LM – Temos a esperança de dar outro salto quantitativo que nos permita exercer mais pressão e consolidar a campanha para derrubar as AFP, centrada agora em duas instituições de propriedade estadunidense que sonhearam o pagamento de impostos, prejudicando o Tesouro Nacional. Quando houver essa falência, haverá uma reação em cadeia.

OT – Em 2017 haverá eleições presidenciais no Chile. Como a campanha “Não+AFP” trabalha com isso?

LM – É bastante complexo o panorama, pois alguns grupos tentam capitalizar os ganhos do movimento, o qual não definiu que caminho tomará. A ideia é que democraticamente se decida como poderemos colocar nossa proposta neste período que abará grande parte do ano.

OT – Você é um dos signatários do chamado à Conferência Mundial Aberta (CMA) de Argel para outubro. Em que essa atividade pode ser uma ajuda ao movimento de vocês? E, inversamente, como a luta dos trabalhadores do Chile pode ser uma ajuda à luta dos trabalhadores em outros países?

LM – Esperamos que os trabalhadores do mundo e em especial da CMA apoiem solidariamente nossa demanda. Essa luta não é só nossa, já que os tentáculos capitalistas se movem rapidamente para se apropriar dos fundos previdenciários dos trabalhadores, e cedo ou tarde tentarão isso em todo o mundo, como já ocorre no Brasil, por exemplo.

OT – Quer acrescentar algo?

LM – Essa luta épica e ética pela Seguridade Social é de todos e deve se dar até o fim contra os donos do capital, que, com o nosso dinheiro, corrompem a sociedade e fraudam, para esvaziar mais os nossos bolsos e comprar os poderes políticos para instaurar seus desígnios.

CONVOCAÇÃO



acordo internacional dos trabalhadores e dos povos

5 a 8 de outubro
2017
Argel

“Nós, militantes, sindicalistas, antiimperialistas, de acordo com toda ou parte desta declaração, consideramos que os problemas

colocados estão no coração das preocupações de todo o movimento para resistir e agir em defesa da classe operária, das organizações independentes e das nações oprimidas.

Que primeiras lições podemos tirar dos combates engajados pela classe operária, a juventude e os povos oprimidos neste novo período?

Que lições tirar do posicionamento político de diferentes forças e correntes que se reivindicam do movimento operário e antiimperialista?

Que lições tirar dos métodos adotados em cada um de nossos países para superar os obstáculos encontrados e dar os primeiros passos sérios no agrupamento em massa da classe trabalhadora no seu próprio terreno?

Como nos apoiar, uns e outros, nessa batalha?

Para debater e encontrar soluções sobre essas bases comuns, assumimos a responsabilidade de convidá-los a participar na Conferência Mundial Aberta de iniciativa do Acordo Internacional dos Trabalhadores”.

Seguem mais de 200 adesões de dirigentes e personalidades de diferentes tendências de 31 países, inclusive 15 brasileiros.

Contato: Julio Turra – julioturra@cut.org.br

Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo

Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br